

Olhares estrangeiros

impressões dos viajantes acerca da Bahia no transcurso dos oitocentos

Olívia Biasin

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

BIASIN, O. Olhares estrangeiros: impressões dos viajantes acerca da Bahia no transcurso dos oitocentos. In: MOURA, M., org. *A larga barra da baía: essa província no contexto do mundo* [online]. Salvador: EDUFBA, 2011, pp. 18-55. ISBN 978-85-232-1209-4. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

Olhares estrangeiros

impressões dos viajantes acerca da Bahia no
transcurso dos oitocentos

OLÍVIA BIASIN

VIAJANTES-AUTORES NA BAHIA OITOCENTISTA

Ao longo do século XIX, mais especificamente, depois que os portos brasileiros foram franqueados à navegação e ao comércio exterior, viajantes procedentes de diversos países e com diferentes objetivos – comerciantes, religiosos, militares, naturalistas, artistas, médicos, educadores, contrabandistas e mesmo aventureiros – instalaram-se temporariamente ou tiveram uma breve estada em Salvador. Muitos desses visitantes deixaram registros escritos de variados aspectos da cidade, relacionados tanto às paisagens naturais e urbanas como aos usos e costumes da sua gente.

Para a elaboração deste capítulo, foram analisados sete relatos de viagem produzidos por visitantes estrangeiros que estiveram na Bahia durante o período imperial (1822-1889), com exceção da inglesa Maria Graham, que esteve em Salvador, pela primeira vez, em meados de 1821, antes de a Independência ter sido declarada.

Maria Graham deixou a Inglaterra com destino à América do Sul a bordo da fragata Doris, comandada por seu marido,

Thomas Graham, capitão da Marinha Real Inglesa. No Brasil, o navio aportou primeiramente em Pernambuco, deslocando-se em seguida para Salvador, onde permaneceu por cinquenta e três dias, dirigindo-se então ao Rio de Janeiro. Seu marido veio a falecer em 1822, a caminho do Chile. Após um ano, na condição de viúva, retornou ao Brasil e manteve estreito contato com a Família Real, desempenhando por um curto período a função de preceptora da princesa D. Maria da Glória. A viajante inglesa era escritora e já havia publicado alguns livros antes de empreender a viagem. O diário contendo suas vivências e impressões acerca do Brasil foi editado pela primeira vez em 1824, na Inglaterra.

O inglês **Charles Robert Darwin**, naturalista ainda jovem e inexperiente, participou da comissão científica chefiada pelo capitão Fitz Roy, que pretendia dar a volta ao mundo a bordo do navio *Beagle*. A expedição, que durou cerca de cinco anos, de 1831 a 1836, passou pela América do Sul e pelas ilhas do Pacífico. A primeira edição do seu diário de viagem foi publicada em 1839, como pertencente ao terceiro volume da série organizada por Fitz Roy (diário esse também publicado separadamente pelo mesmo editor). Após a viagem, na qual coletou grande quantidade de material, organizou as ideias contidas na obra que o consagrou, “A origem das espécies”, de 1859.

O missionário metodista norte-americano **Daniel Parish Kidder**, na companhia da sua esposa, permaneceu no Brasil entre os anos de 1836 e 1840, percorrendo quase todas as províncias, a fim de expandir sua religião. As anotações foram publicadas em dois volumes, no ano de 1845; o primeiro abordando sua estada em São Paulo e no Rio de Janeiro, e o segundo, relatando as observações acerca das províncias do norte.

O francês **Conde de Suzannet** empreendeu uma viagem com duração de seis anos ao Oriente Próximo e à América Latina, motivado pela curiosidade, aventura e desejo de completar sua

educação. Permaneceu no Brasil de 1842 a 1843, ficando algumas semanas na Bahia, no último ano. Seu diário foi publicado pela primeira vez em Paris, em 1846.

O médico alemão **Robert Avé-Lallemant** residiu no Brasil por dezessete anos, de 1837 a 1855. Nesse período, exerceu a medicina no Rio de Janeiro, tendo trabalhado na Santa Casa de Misericórdia e atuado no combate à febre amarela. Regressou à Europa em 1855, mas retornou ao Brasil no ano de 1858, recomendado por Humboldt para ser médico de bordo da fragata Novara, que faria uma viagem de circunavegação. Todavia, abandonou a expedição e, após conseguir uma ajuda de custo do imperador D. Pedro II, seguiu sozinho para uma viagem ao sul do país. Depois partiu para a Bahia, onde já havia estado em 1855. Ao fim de suas excursões, retornou à Alemanha, local em que publicou as descrições das suas andanças pelo sul e pelo norte do Brasil.

Com a intenção de descansar e fugir do inverno europeu, o Arquiduque Ferdinand Maximilian von Habsburg, mais conhecido como **Maximiliano da Áustria**, decidiu organizar uma viagem de estudos e recreio ao Brasil. Aos 27 anos de idade, chegou ao país pela Bahia, a bordo da corveta austríaca Elizabeth, em janeiro de 1860. Maximiliano – sobrinho de D. Maria Leopoldina, primeira imperatriz do Brasil – registrou suas impressões acerca das viagens às cidades da Bahia e Ilhéus, organizadas em dois volumes. Ambos os livros foram publicados como manuscritos em Viena, nos anos de 1861 e 1864, respectivamente.

O naturalista suíço naturalizado norte-americano **Jean Louis Rodolphe Agassiz** visitou o Brasil de 1865 a 1866, juntamente com sua esposa, Elizabeth, e a comitiva científica que chefiou, composta de aproximadamente quinze pessoas. O célebre naturalista se interessava primordialmente por pesquisas no campo da Paleontologia, Geologia e Zoologia. Elisabeth Agassiz registrava as aventuras do casal e os resultados dos trabalhos que seu marido

lhe fornecia diariamente, de modo que os registros foram feitos pelos dois. A obra foi publicada pela primeira vez em 1868, mas ganhou várias edições subsequentes.

Muitos viajantes que estiveram na Bahia dos oitocentos, a exemplo dos supracitados, publicaram suas impressões acerca das experiências vividas. As obras foram produzidas em forma de diários, cartas, memórias, crônicas etc., não havendo um padrão definido entre elas. Uma das maneiras de difundir a realização das viagens era por meio dos relatos que as descreviam, de modo que esse subgênero literário alcançou grande popularidade no período.

Vários estrangeiros vieram ao país com a intenção prévia de escrever sobre a experiência da viagem para publicá-la. O gênero de aventura estava em voga na Europa e os jornais e as editoras se interessavam pelos relatos de viagem, pois havia grande interesse por parte do público nesse tipo de literatura. De acordo com Augel (1980), muitas vezes, a produção literária mesclava o interesse acadêmico-científico com a intenção de difundir e legitimar o expansionismo econômico e político-militar de países europeus, especialmente da Grã-Bretanha, ou tinha o intuito de fornecer informações a respeito da imigração europeia. Como nos mostra Chartier (1990), uma obra literária é sempre produtora de sentidos e significações, podendo ser encarada como objeto de manipulação de diversos agentes, tais como editores e autores.

A maioria dos relatos tinha um caráter mais ou menos científico. Mesmo os viajantes que não eram “homens da ciência” normalmente possuíam certo conhecimento sobre história natural e estavam vinculados a alguma instituição científica, como era o caso de Maximiliano da Áustria. Vale lembrar que essas viagens aconteceram no momento em que novas relações entre a Europa e a América estavam sendo delineadas, de modo que a superioridade europeia passou a ser sustentada pelo poder de um saber

científico e os valores universais de civilização resultaram em novas formas de imperialismo. De acordo com Silveira (2000, p.102), a ciência, então em processo de afirmação, tornava-se “território privilegiado” para a legitimação da supremacia europeia em relação aos demais povos.

Quanto aos autores das narrativas, deve-se observar que esses personagens nem sempre pertenciam à mesma classe social, possuíam os mesmos objetivos e nível de instrução, resultando daí uma heterogeneidade de interpretações e juízos de valor. Além disso, como os visitantes não se integravam à sociedade local, já vinham ao Brasil com uma ideia preconcebida sobre o lugar. Muitos também tinham dificuldade para entender o idioma e mantiveram um contato mais próximo apenas com estrangeiros ou indivíduos com costumes “europeizados”. Os dados apresentados nem sempre eram confiáveis, tendo sido coletados de várias maneiras: através da observação ou do contato direto com a população, da tradução de um intérprete e de informações presentes em livros e mapas. Assim, diversos viajantes escreveram sobre as cenas, paisagens e fatos observados sem contextualizá-los, o que acarretava generalizações e imagens distorcidas.

Em contrapartida, por terem vindo de outros países e pertencem a outras culturas, os viajantes podiam fornecer informações a respeito de práticas muitas vezes consideradas irrelevantes para os habitantes da terra, tidas como comuns e “naturais”, ganhando outra leitura ante o olhar estrangeiro.

Os relatos de viagem ajudaram a criar uma imagem de Brasil para os próprios brasileiros, através das descrições da constituição racial do povo e dos seus costumes, da geografia, do clima e da vegetação, posto que, nesse período, as configurações físicas e humanas do país ainda eram pouco conhecidas. Entretanto, a principal preocupação dessa análise não é conferir se as descrições da cidade e dos habitantes condiziam com a realidade, mas

sim indicar as impressões referentes ao “outro”, construtoras de representações sociogeográficas do lugar.

O CENÁRIO NATURAL

A cidade do Salvador, desde o início da colonização portuguesa, tem despertado a atenção das principais nações do Ocidente. Situada em uma das extremidades da Baía de Todos os Santos, sobressaía-se enquanto local privilegiado para a observação da natureza e dos homens, tanto por ser uma localidade portuária como pelo clima, rica vegetação tropical, arquitetura e pluralidade étnico-cultural.

Antes mesmo de chegar à Bahia, a maioria dos viajantes já havia tido notícias dessa paragem tropical, fosse apenas de “ouvir falar”, por meio de livros de história ou da leitura de algum relato de viagem. Ainda assim, é notável o impacto que a cidade, vista do mar, causava nesses estrangeiros recém-chegados. Em 1821, a inglesa Maria Graham (1956, p. 144), vinda de Pernambuco, relatou embevecida:

Esta manhã, ao raiar da aurora, meus olhos abriram-se diante de um dos mais belos espetáculos que jamais contemplei. Uma cidade, magnífica de aspecto, vista do mar, está colocada ao longo da cumeeira e na declividade de uma alta e íngreme montanha. Uma vegetação riquíssima surge entremeada com as claras construções e além da cidade estende-se até o extremo da terra, onde ficam a pitoresca igreja e o convento de Santo Antônio da Barra. [...] O pitoresco dos fortes, o movimento do embarque, os morros que se esfumam a distância, e a própria forma da baía, com suas ilhas e promontórios, tudo completa um panorama encantador; depois, há uma fresca brisa marítima que dá ânimo para apreciá-lo, não obstante o clima tropical.

A majestosa natureza constituía o centro das atenções, sendo o elemento que tornava o Brasil imponente diante do mundo, conforme declarou o Arquiduque Maximiliano de Habsburgo (1982, p.69), ao chegar a Salvador:

Sob o rico e dourado esplendor solar dos trópicos e um reluzente céu azul, chegamos, às 10 horas, de coração alegre, à grande e extensa Bahia de todos os Santos. Foi um desses momentos felizes em que, no sentido mais lato da palavra, se nos abre um mundo novo, quando desejaríamos ter cem olhos para observarem as maravilhas desconhecidas que se nos revelam ininterruptamente e de todos os lados; um desses momentos em que, em meio à alegria, surge o pesar de não percebermos tudo, de não gravarmos tudo na memória. Embora a alma, infelizmente, desfrute do rico panorama apenas de maneira fugaz, a descrição do mesmo, através da palavra escrita, contudo, é somente uma pálida fotografia, que, apesar de calcada na verdade, se torna, no entanto, descorada e inexpressiva, quando comparada à natureza. Isso se confirma tanto melhor num novo continente, onde só a natureza impera com seu luxo incontido, onde nada que foi criado pela mão do homem, nada concluído, desperta a atenção do viajante.

Na capital baiana, o naturalista Darwin ([19--], p. 4), então com 23 anos, também não deixou escapar a emoção ao entrar em contato com os trópicos:

Mas 'delícia' é termo insuficiente para exprimir as emoções sentidas por um naturalista que, pela primeira vez, se viu a sós com a natureza no seio de uma floresta brasileira. A elegância da relva, a novidade dos parasitos, a beleza das flores, o verde luzidio das ramagens e, acima de tudo, a exuberância da vegetação em geral, foram para mim motivos de uma contemplação maravilhosa. O concerto mais paradoxal de som e de silêncio reina à sombra dos bosques. Tão intenso é o zumbido dos insetos que pode perfeitamente ser ouvido de um navio ancorado a centenas de metros da praia. Apesar disso, no recesso

íntimo das matas, a criatura sente-se como que impregnada de um silêncio universal. Para o amante da história natural, um dia como este traz consigo uma sensação de que jamais se poderá, outra vez, experimentar tão grande prazer.

Passeando pelos arredores da cidade, o médico Avé-Lallemant (1961, p. 28) observou com acuidade as árvores tropicais, arriscando nomear cientificamente algumas delas:

Por tôda a parte acompanha-os, característico essencial, inevitável, a abundante e viçosa vegetação de palmeiras, bananeiras, artocarpos, figueiras, caricáceas e gutíferas, para não falar numa infinidade doutras plantas que, menores, pertencem às famílias das apocíneas, solâneas, asclepiádeas, passiflóreas, malpighiáceas, etc. Uma flora da Bahia não fica certamente esgotada com isso.

O Dique, suntuosa lagoa cercada por uma rica vegetação tropical, foi um dos pontos mais visitados pelos estrangeiros. Para Avé-Lallemant (1961, p. 26) reinava “ali a Natureza indômita”. Por sua vez, Maria Graham (1956, p. 156) passeou a cavalo pelas suas margens, “decididamente a mais bela paisagem dêste belo país [...]”. No decorrer do século XIX, naturalistas e aventureiros acorriam ao local para coletar plantas e sementes e praticar a caça de aves e insetos.

O Arquiduque Maximiliano possuía um amplo e difuso conhecimento sobre o ambiente natural. Ao realizar seu desejo de vir ao Brasil, tornou seu passeio uma aventura romântica com “um quê” de investigação científica. No Dique, o nobre austríaco registrou, mais uma vez, a exuberância da natureza baiana:

Voltamos, novamente, ao caminho aberto da mata, cuja beleza e riqueza me levaram à convicção de que os teólogos quebraram a cabeça, em vão, quanto à natureza do Paraíso perdido. Para que refletirem tanto, se os próprios olhos podem informá-los? Se eles fizessem um único passeio pela mata virgem brasileira, não mais poderiam

duvidar de como era o Paraíso. Sob um céu como esse, cercado do aroma de plantas como essas, numa paz verde como essa, viveu pai Adão livre e à vontade, na época da sua felicidade, sem anseios e sem casaca. (HABSBURGO, 1982, p. 144)

Nos oitocentos, a visão edênica ainda persistia. Deus, liberdade e paraíso eram imagens que povoavam o universo mental desses aventureiros que, simultaneamente, louvavam o progresso material e a liberdade em meio ao ambiente natural.

Juntamente com o dique, um horto botânico, denominado Passeio Público, construído em 1810, no governo do Conde dos Arcos, tornou-se uma área de lazer bastante frequentada pelos viajantes. O missionário religioso Kidder (1943, p.34) assim o descreveu:

Êsse logradouro está situado no ponto mais amplo e mais alto da cidade. De um lado avista-se o mar, de outro a baía, e apenas uma leve grade de ferro protege o público à borda do enorme precipício que circunda o Passeio. Quanto à ventilação, nem as baterias de Nova York lhe podem ser comparadas, e a soberba eminência sôbre a qual se assenta o Passeio Público dá-lhe indiscutível superioridade sôbre aquela paragem norte-americana. O sítio destinado às baterias, nos Estados Unidos, é mais amplo e disposto com mais gôsto. Todavia, a riqueza do arvoredo e das flores do Passeio Público da Baía compensa fartamente as falhas que possa ter nos pontos acima referidos.

Também fez referência ao Passeio o Arquiduque Maximiliano de Habsburgo (1982, p. 71), escrevendo que

Entre a Vittória e as casas da cidade encontra-se, num terraço elevado, como que sustentado pelas copas das árvores situadas abaixo, o célebre *Passeio Público*, com seu obelisco¹ e suas estátuas de mármore luzidio, sob gigantescas árvores.

1 Obelisco comemorativo da chegada de D. João VI ao Brasil, em 1808. Atualmente, o monumento encontra-se no Jardim Suspenso, em frente ao Palácio da Aclamação.

Além de visitarem áreas mais centrais e movimentadas, muitos viajantes se arriscavam a excursionar pelos arrabaldes da cidade, optando por pontos considerados belos, aprazíveis ou pitorescos, como Bonfim, Monte Serrat, São Lázaro e Rio Vermelho.

Nas grandes cidades europeias e norte-americanas, prevaleciam as paisagens urbanas, enquanto em várias localidades do Brasil, a exemplo de Salvador, ainda era possível contemplar a grandiosidade da natureza, que não precisava de adornos para ser sublime! Ao referir-se à “mata virgem que avassala o espírito”, Maximiliano de Habsburgo (1982, p.105) exclamou:

São Pedro ou o Palácio do Louvre podem ser fotografados. O escritor pode reconstituir para o leitor curioso, em ordem matemática, pedra por pedra, coluna por coluna; pode indicar as cores da construção ou mencionar quem vive ou viveu lá. Mas nem a fotografia da mata brasileira – da qual possuo fracas tentativas – nem a descrição podem oferecer ao forasteiro qualquer imagem satisfatória. Faltam às duas uma escala de comparação e pontos de referência em relação à pátria. Quem quiser ter uma idéia disso, nada mais lhe resta senão fazer as malas e viajar para cá.

Para o estrangeiro, as obras produzidas pelo homem não possuíam grande valor de atração. Afinal, nenhum naturalista ou viajante em busca de aventura deixaria sua pátria em direção ao Brasil com o objetivo de conhecer suas paisagens urbanas, uma vez que seus países de origem serviam de referência nesse quesito.

Deve-se lembrar de que, nos trópicos, não se perde a exuberância selvática da natureza, nem mesmo nas vizinhanças das grandes cidades; pois a vegetação natural ultrapassa muitíssimo, pelos efeitos pitorescos, a obra artificial do homem. (DARWIN, [19--], p.129)

Desse modo, a natureza e o componente humano – representado na figura do selvagem – constituíam as fontes de maior

interesse, o que pode ser observado na fala do nobre austríaco, durante sua permanência na Bahia:

Mas o que se deve levar do Brasil? A arte, não floresce; indústria, igualmente pouco. Portanto, a natureza viva e morta tem que servir para tudo. Se tivéssemos querido negociar inteiramente dentro do espírito brasileiro, teríamos sido instruídos a comprar, sobretudo, escravos. Tive até, por um momento, a idéia de levar para a pátria uma negrinha como surpresa original, mas, refletindo na diferença de clima e nas tristes conseqüências que o mesmo poderia ter para a saúde da criança, pensei em algo melhor (HABSBURGO, 1982, p. 200)

Embora seja possível apreender certa ironia na fala de Maximiliano de Habsburgo (quando o autor considerou a possibilidade de “negociar dentro do espírito brasileiro”), não se pode deixar de notar que ele percebeu o “outro” – nesse caso, o negro – como um atrativo local, tendo em vista a possibilidade de levá-lo para seu país como um *souvenir*, exemplar do que havia de mais típico do país e que poderia ser facilmente transportado. O visitante anulou por completo a identidade do indivíduo, comparando-o a um produto, coisificando-o. No entanto, posteriormente, percebeu o “outro” como ser dotado de humanidade e se desfez da ideia inicial, optando por levar uma coleção de animais – macacos e papagaios – como lembrança de viagem.

ASPECTOS URBANOS E DINÂMICA CIDADINA

A cidade do Salvador – sede do governo colonial português até 1763 – foi construída sobre uma escarpa seguindo em declive para o mar, estendendo-se por terreno irregular contíguo. Ao redor da Baía de Todos os Santos ou em suas proximidades, ademais de Salvador, foram fundados os municípios de Nazaré, Maragojipe,

Cachoeira, Santo Amaro e São Francisco do Conde, entre outros que compõem a região denominada Recôncavo Baiano, onde prosperou uma das mais importantes economias canavieiras das Américas e ergueu-se um dos mais expressivos conjuntos arquitetônicos de estilo barroco do país.

Na primeira metade do século XIX, Salvador era o segundo centro urbano de maior relevância do Brasil, estando atrás apenas do Rio de Janeiro. Os negros e os mestiços representavam uma maioria de aproximadamente 72% da população. Mattoso (1992) estima que, entre 1810 e 1870, o número de habitantes da cidade oscilou entre 50 mil e 100 mil; na última década, no ano de 1890, estaria em torno de 145 mil habitantes. A maior parte da população de Salvador era muito pobre, composta, em sua maioria, por escravos. A riqueza estava concentrada nas mãos de poucos, entre eles, muitos estrangeiros.

Salvador caracterizava-se pela configuração acidentada do terreno onde foi construída, dividindo-a em Cidade Alta e Cidade Baixa. Nos oitocentos, a ligação entre os dois pontos se fazia por escadarias e principalmente por ladeiras, que os mais abastados costumavam subir e descer dentro de “cadeirinhas de arruar” carregadas por escravos. Cavalos, burros e mulas também transitavam pela cidade transportando pessoas e mercadorias.

Os primeiros transportes coletivos de Salvador, as gôndolas (grandes carruagens puxadas por animais) e os bondes puxados por burros, começaram a circular a partir da segunda metade do século. O valor das passagens era inacessível à maior parte da população, que continuava a se locomover a pé, enquanto os ricos seguiam dando preferência às cadeirinhas, que eram mais baratas e faziam parte de um hábito arraigado na sociedade.

No ano de 1873, foi inaugurado pelo comerciante e Comendador Antônio de Lacerda o Elevador Hidráulico da Conceição, posteriormente rebatizado como Elevador Lacerda, estabelecendo

um novo elo entre os dois níveis da cidade. Para transportar cargas de um plano a outro também eram utilizados guindastes, que funcionaram do final do século XVI até, possivelmente, meados de 1870.

Inaugurados em finais dos oitocentos, o Plano Inclinado Gonçalves, construído no local do antigo guindaste dos Padres, na freguesia da Sé, e o plano inclinado do Pilar, construído onde séculos antes havia funcionado um dos primeiros guindastes de Salvador, na freguesia de Santo Antônio Além do Carmo, também foram importantes para a dinamização do circuito comercial da cidade. (SAMPAIO, 2005)

A viajante Maria Graham teve a oportunidade de se locomover através das cadeirinhas de arruar, meio de transporte mais usado na cidade.

Chovia quando desembarcamos. Por isso, como as ruas que conduzem para fora da imunda cidade baixa não permitem o emprêgo de veículos de roda, em virtude da violência da subida, alugamos cadeiras e as achamos, se não agradáveis, ao menos cômodas. [...] Tudo é suspenso pelo alto por um único varal, pelo qual dois negros a carregam a passo rápido sôbre os ombros, mudando, de vez em quando, do direito para o esquerdo. (GRAHAM, 1956, p.145)

A cidade estava dividida administrativamente em dez freguesias urbanas. Cada uma delas encontrava-se ligada a sua igreja matriz, o que mostra a densa ligação existente entre política, poder eclesiástico e sociedade. O comércio se concentrava na Cidade Baixa, nas freguesias de Nossa Senhora do Pilar e, sobretudo, na de Nossa Senhora da Conceição da Praia, área portuária.

No porto da cidade, um dos mais movimentados do país, eram realizadas intensas atividades comerciais com a Europa e outros continentes. Próximo a ele, uma gama de produtos destinados à exportação, como madeira, açúcar, algodão, fumo, cachaça, azeite

de baleia, café, cacau e couro, era armazenada nos trapiches. Por sua vez, importava-se grande variedade de mercadorias vinda da Europa, principalmente de Portugal e da Inglaterra: artigos industrializados, utensílios domésticos, perfumaria, instrumentos musicais, tecidos, louças, calçados, barris de cerveja, caixas de vinho, de manteiga, de azeite doce e bacalhau.

O comércio de escravos foi uma lucrativa atividade na pauta comercial da província desde o século XVI. A sociedade baiana do período manteve profundas relações escravistas na sua composição, que permeavam não só as atividades econômicas, como todos os aspectos da vida social. Em Salvador, funcionava o maior mercado de escravos do Norte. Negros recém-chegados da África eram expostos nas portas dos armazéns para serem vendidos ou alugados, cena que deixou muitos estrangeiros perplexos. Ao constatar o intenso comércio realizado na Cidade Baixa, com suas variadas lojas e mercadorias, Maria Graham (1956, p. 150) notou que os escravos também figuravam como um dos artigos expostos à venda.

[...] aí estão os mercados que parecem estar bem sortidos, especialmente de peixe. Aí fica também o mercado de escravos, cena que ainda não aprendi a ver sem vergonha e indignação. Adiante fica uma série de arcadas com lojas de ourives, joalheiros e de armarinhos e suas mercadorias miúdas.

Situavam-se na Cidade Baixa dois grandes e diversificados mercados, destacando-se o de Santa Bárbara, onde se vendiam frutas, frutos do mar, pedras preciosas e animais, entre outros itens. O passeio de Maximiliano de Habsburgo (1982, p.138) por um “mercado de frutas” fora “muitíssimo gratificante”. Descreveu-o de forma bastante viva: “Para o viajante europeu, o mercado de frutas da Bahia tem uma importância realmente científica, como um rico mostruário dos produtos mais característicos da terra, reunidos num só local”.

Comparou-o ao bazar do Cairo, ao mercado de Gibraltar e ao de London Bridge. No entanto, considerou que faltava ao mercado de Londres “aquela característica peculiar e exótica” encontrada no da Bahia.

Aglomeravam-se nas ruas e no cais negras vendendo objetos africanos, tecidos e diversos tipos de alimentos como peixes, frutas, mingaus e bolos. Muitas dessas mulheres estavam trabalhando para suas senhoras, das quais normalmente ganhavam alguma recompensa financeira. Com o dinheiro acumulado no decorrer de anos de trabalho, muitas delas conseguiam comprar sua carta de alforria, comumente paga à prestação. Vender era o ofício mais exercido na Bahia dos oitocentos, havendo comerciantes de *status* e níveis sociais diversos.

Os barbeiros², santeiros, serralheiros, vendedores de água, trançadores de cestos e outros tipos de trabalhadores também ofereciam seus serviços ao ar livre. Negros – escravos e libertos, carregadores de pesadas cargas ou de passageiros – costumavam ficar em movimentadas praças e esquinas, chamadas de “cantos”, à espera de fregueses.

Kidder (1943, p.7) concluiu: “A cidade baixa não oferece atrativos para o estrangeiro”, embora tenha registrado que as principais casas de comércio se situavam ao longo da rua da Praia e tenha elogiado a arquitetura do prédio onde ficava a Bolsa.³ Diferentemente de Kidder (1943), o Conde de Suzannet considerou alguns prédios dignos de nota, sendo eles: a alfândega, o arsenal, os estaleiros da Marinha, a Bolsa e as igrejas de N. S. do Pilar e da Conceição. A beleza desta última também foi observada por Maria Graham (1956) e Avé-Lallemant (1961).

2 Além de fazerem a barba e cortarem os cabelos dos clientes, muitos “barbeiros-sangradores” ajudavam a curar os enfermos com sangrias e sanguessugas e ainda praticavam as atividades de dentista e músico.

3 O prédio da Bolsa, construído em estilo neoclássico, encontrava-se onde atualmente funciona a Associação Comercial da Bahia.

A configuração e a sujeira da Cidade Baixa incomodaram sobremaneira Maria Graham (1956, p.145), que afirmou ter sido este “sem nenhuma exceção o lugar mais sujo em que eu tenha estado”, descrevendo-o assim:

Nos espaços que deixam livres, ao longo da parede, estão vendedores de frutas, de salsichas, de chouriços, de peixe frito, de azeite e doces, negros trançando chapéus ou tapetes, cadeiras (espécie de liteiras) com seus carregadores, cães, porcos e aves domésticas, sem separação nem distinção; e como a sarjeta corre no meio da rua, tudo ali se atira das diferentes lojas, bem como das janelas. Ali vivem e alimentam-se os animais. Nessa rua estão os armazéns e os escritórios dos comerciantes, tanto estrangeiros quanto nativos.

Os odores, a insalubridade, o descuido das vias públicas, a irregularidade das ruas e a presença dos escravos na dinâmica cidadina eram aspectos da Cidade Baixa que despertavam a atenção e causavam repulsa nos viajantes.

Além de constatar que a Cidade Baixa era o centro comercial, o Conde de Suzannet (1957, p.183) também notou que na rua “estreita e comprida que corre ao longo da praia”, respirava-se “os odores mais nauseabundos”. A repugnância causada nos viajantes não era sentida da mesma maneira pelos moradores, nem mesmo pelos estrangeiros radicados na capital baiana. Afinal, os visitantes e os residentes possuíam mentalidades, sensibilidades e percepções olfativas distintas.

Em contrapartida, a Cidade Alta era considerada elegante, limpa e tranquila, local onde era possível observar belas casas, carruagens e pessoas trajadas à moda europeia. Tratava-se de uma região residencial, apesar de contar com alguns estabelecimentos comerciais de pequeno porte. A maioria dos habitantes de Salvador residia nessa área, sendo a freguesia da Sé o centro jurídico, administrativo e eclesiástico.

Referiu-se a essa região, de forma bastante elogiosa, o Conde de Suzannet (1957, p. 183):

A cidade alta, que se alcança subindo uma rampa íngreme, é menos freqüentada do que a cidade baixa, mas o conjunto das construções é de uma arquitetura nobre e regular, embora um pouco pesada, e merece a atenção do viajante. A Bahia é a sede do arcebispado metropolitano do Brasil. Há belos edifícios que relembram a antiga opulência: o teatro, o palácio do presidente e algumas igrejas. A maravilhosa vista da baía que se descortina do alto em que está situada a cidade completa a paisagem de maneira feliz. Os inúmeros conventos demonstram a importância religiosa da Bahia.

Ao chegar à Praça do Teatro, na parte alta da cidade, Maximiliano de Habsburgo (1982, p.87-88) verificou que:

Os prédios tornam-se mais elegantes, mais lisboetas. E já se vêem algumas fachadas, como na praia do Tejo, revestidas com azulejos. Diante das casas, onde há espaço, encontram-se pequenos terraços, nos quais algumas plantas, como roseiras e camélias, se apresentam muito graciosas, em vasos de barro, como galho de flor sobre um bolo confeitado de glacê. A Praça do Teatro é surpreendente.

Na praça do Palácio (atual Praça Tomé de Souza) estavam localizadas a Câmara Municipal e a Cadeia, o Tribunal da Relação, a Casa da Moeda e o Palácio do Governo, ocupado pelo presidente da província. Próxima à Câmara, ficava a Santa Casa de Misericórdia, composta pela igreja, pela sede desta irmandade e por um hospital de indigentes. Ao norte, estava a Matriz da Freguesia da Sé ou “Sé Velha”. Mais a frente, no Terreiro de Jesus, a Igreja dos Jesuítas (tornada Catedral Basílica) e a Escola Médico-Cirúrgica. Retornando à Praça do Palácio e seguindo em direção à rua direita do Palácio, chegava-se ao largo do famoso Teatro São João. Essas edificações eram sempre mencionadas pelos viajantes.

Os visitantes estavam atentos aos aspectos arquitetônicos das edificações, sendo que as igrejas e conventos chamavam especialmente a atenção pela grande quantidade. Avé-Lallemant (1961, p. 23) fez alusão a algumas igrejas:

Achei realmente notável a igreja dos jesuítas no Terreiro, a Igreja do Colégio. Aí o mármore sobe até à abóbada; a igreja é suntuosa, embora não obedeça ao mais rigoroso estilo eclesiástico. Quase não lhe é inferior a pequena igreja de Nossa Senhora da Praia. E assim se aglomeram as igrejas uma após outra, muitas sem importância, merecedoras outras, em alto grau, de serem vistas e verdadeiramente admiráveis.

Quanto à estética dos equipamentos urbanos, a presença de bonitos chafarizes e fontes públicas foi citada por alguns estrangeiros. “Êsse gosto original pela arquitetura ainda hoje continua evidente na Bahia, tendo tido mesmo desenvolvimento progressivo. Basta, para prová-lo recordar aqui as belas fontes novas que se encontram na Bahia”, escreveu Avé-Lallemant (1961) na sua segunda estada em Salvador. Maravilhou-se, em especial, com a fonte localizada no Terreiro de Jesus, exclamando ser “[...] a obra-prima mais perfeita [...] cuja aquisição faz honra à cidade”. Opinava que a cidade do Rio de Janeiro deveria contar com fontes semelhantes e que “os baianos deviam ir até as fontes para verem algo nobre e educarem seu senso de beleza”. (AVÉ-LALLEMANT, 1961, p. 23)

No tocante à infraestrutura urbana, toda a cidade sofria com a má pavimentação das ruas, ausência de saneamento básico e precariedade do fornecimento de água e luz. Em 1829, foram instalados lampiões a óleo de baleia, mas que não geravam uma boa iluminação. A situação só melhorou a partir da década de 1850, quando lampiões a gás foram colocados em diversos pontos. De qualquer modo, era necessário ter coragem para sair de casa após o findar do dia, visto que as ruas ficavam muito escuras.

Na cidade, altos funcionários da administração pública e do clero, donos de engenhos e comerciantes afortunados residiam em solares e luxuosos sobrados. Por sua vez, os cônsules estrangeiros costumavam alugar casas arborizadas nos arredores. Os lojistas, os pequeno-burgueses e os artesãos possuíam humildes habitações; os soldados e os negros livres se alojavam em casebres, casas velhas assobradadas ou habitavam os andares inferiores dos sobrados que abrigavam as famílias ricas. A localização e o tipo de residência designavam a posição social da família.

Na Sé e em outras freguesias do centro – Passo, Santo Antônio Além do Carmo, Santana, São Pedro –, foram construídas simples residências, levantadas em terrenos foreiros, habitadas por famílias negras e pobres. Essas pessoas, aos poucos, começaram a afugentar os vizinhos com melhores condições econômicas, especialmente para a Vitória, uma elegante periferia ao sul da cidade, que passou a ser mais habitada a partir de 1850.

Maximiliano de Habsburgo (1982, p.112) registrou que a Vitória lhe havia cativado “decisivamente”, ao fazê-lo recordar a região de Claremont, na Inglaterra. Kidder (1943, p. 37-38) relatou o quanto era aprazível, aos olhos dos viajantes, o panorama observado da Vitória.

Na verdade, poucas cidades podem apresentar uma visão de conjunto de maior beleza que a Baía, a quem observar de uma certa distância, do mar. Mesmo o Rio de Janeiro dificilmente lhe pode ser comparado. A capital do Império excede a Baía pela infinita variedade de seus lindos subúrbios; todavia, não conseguiríamos apontar lugar algum que rivalizasse com o que na Baía chamam o Morro da Vitória. [...] na Baía, porém, as vantagens parecem-se concentrar tôdas num único bairro, de modo a não deixar dúvidas, ao estrangeiro, quanto à escolha da localização de sua residência. No Morro da Vitória, encontram-se os mais belos jardins da Baía, as mais encantadoras alamedas e as mais vastas extensões de sombra. Aí se acham também, as melhores casas, o melhor clima, a melhor água e a melhor sociedade.

A BAHIA NEGRA: PLURALIDADE ÉTNICO-CULTURAL E MANIFESTAÇÕES CULTURAIS

Não foram apenas os cenários naturais e os aspectos arquitetônicos da cidade que provocaram a admiração dos viajantes oitocentistas. Eles costumavam descrever tudo o que consideravam exótico e pitoresco, destacando-se a vida dos escravos, as relações inter-raciais e as manifestações culturais.

Os negros eram considerados diferentes do restante da população devido à sua procedência, cor da pele, caracteres fenotípicos e culturais, sendo recorrente a percepção de que eram inferiores, ideia dominante na época. É importante lembrar que foi justamente no século XIX que a origem comum da espécie humana passou a ser intensamente questionada e os homens passaram, cada vez mais, a ser hierarquizados segundo a sua “raça”. No período, o debate racial ganhou força e tornou-se central no âmbito científico europeu o norte-americano.

Entretanto, apesar de o racismo científico haver se cristalizado no transcurso dos oitocentos, nem todos os cientistas aderiram a uma mesma teoria, não havendo uma homogeneidade de discurso. Nesse sentido, o debate ocorria principalmente em torno dos monogenistas, que defendiam a unidade do gênero humano, e dos poligenistas, que acreditavam que as raças teriam se originado separadamente, já biologicamente hierarquizadas. (SCHWARCZ, 2002)

Durante o século XIX, a interpretação pessimista que via o Brasil como atrasado em função da sua composição étnica era bastante difundida. Nesse momento, as teorias raciais eram priorizadas na análise dos problemas locais⁴. Além disso, articulavam-se os fenômenos da natureza com os caracteres dos povos de cada

4 Lília Schwarcz (2002) mostra que tais teorias, bastante difundidas na Europa, chegaram ao Brasil tardiamente, em finais do século XIX.

região. Assim, vai sendo delineado um certo determinismo natural que justifica o atraso encontrado nos trópicos. “Gera-se e nasce-se. De resto, vive-se quase como os animais da mata virgem”. (HABSBURGO, 1982, p.113)

Seguindo essa perspectiva, a paisagem tropical, ao mesmo tempo em que era vista como pitoresca e exuberante, também era encarada como um obstáculo ao avanço civilizatório, havendo um posicionamento ambíguo nas falas desses atores sociais.

Enquanto passeava pela cidade da Bahia, o reverendo Kidder (1943, p. 8) discorreu o seguinte comentário acerca dos negros que observou:

Vêm-se chusmas de negros altos, atléticos, aos pares ou em grupos de quatro ou seis, transportando a carga suspensa em grossos paus. Outros tantos ficam encostados nos madeiros, tecendo palha, deitados nos passeios, dormitando pelas esquinas e dando aos transeuntes a impressão de enormes rolos de serpentes, reluzindo ao sol. Os que estão cochilando têm geralmente uma sentinela encarregada de os despertar quando procurados por algum serviço e, ao sinal combinado, levantam-se como elefantes com sua carga.

Na sua análise, o religioso comparou o negro ao animal, tanto no plano estético quanto no tipo de trabalho por ele realizado, sendo possível observar a presença da ideia de hierarquia racial entre brancos e negros.

Durante um passeio no Dique, Maximiliano de Habsburgo (1982, p.102) notou que:

Tais negros são realmente um povo de boa índole que, com sua cordialidade quase canina, reconhecem a superioridade dos brancos. Toda essa cena, com as figuras negras pré-adâmicas, às margens do regato fresco, sombreadas por mangueiras misteriosas, cercadas de grande quantidade de aroideas e milhares de outras cores cintilantes, apresentava um quadro típico do exotismo meridional.

O nobre austríaco também animalizou os negros em suas descrições, associando-os a uma imagem primitiva e ao exotismo dos trópicos, sendo esta a representação dominante. Acreditava-se que tais grupos estivessem na infância da humanidade. Essa consideração estava afinada com o discurso acadêmico baseado em estudos comparativos e classificatórios do século XIX, tais como a influência do clima nas características dos povos e a existência de estágios na história da civilização.

Segundo Silveira (2000), tanto a animalização quanto a infantilização das raças consideradas inferiores eram argumentos comumente usados pelos intelectuais dos oitocentos. As correntes do pensamento racista naturalizavam os modos de pensar e agir, transformando o comportamento a algo inato ao tipo físico e excluindo os processos históricos e psicossociais que permeiam a vida dos indivíduos. Na associação da raça com a personalidade, a pretensa supremacia moral e intelectual do branco europeu era sempre destacada.

Nesse sentido, o reconhecimento da alteridade dava margem à hierarquização, baseada principalmente nas diferenças físicas entre os indivíduos e na tecnologia, atrelada à ideia eurocêntrica de progresso.

Apesar de a maioria dos visitantes depreciar os homens de cor, em Salvador, o Conde de Suzannet (1957, p.184) considerou a população negra “robusta e ativa” e impressionou-se com “[...] a beleza das negras que se vêem voltando das fontes situadas fora da cidade, com o cântaro elegantemente colocado à cabeça”.

Enquanto observava os negros que transportavam cargas para a Cidade Alta, Avé-Lallemant (1961, p. 20-21) comentou:

[...] quase não se pode ver mais soberba figura de homem que as dêsses negros da Bahia, sobretudo os Minas, tão comuns ali... Apertados uns contra os outros, sob o varal, êsses homens côr de azeviche formam o mais admirável

grupo atlético que se possa ver. Põem-se em marcha aos gritos e com certo entusiasmo bélico. O suor escorre-lhes pelo corpo nu, retesam-se todos os músculos, salientes, bojudos; as partes carnudas das espáduas e a parte superior do braço são muitas vêzes idealmente belas; Miguel Ângelo não as teria esculpido mais perfeitas no mármore. E, contudo, nesse tão belo desenvolvimento de músculos, nada de exagerado. Nada me fêz lembrar, quando admirava êsses negros Minas, um Hércules de Neméia, apoiado na sua clava; tudo, ao contrário, me lembrava um Aquiles e o pugilista Polideuces.

Conforme observou Sela (2006), era recorrente a comparação dos corpos negros com personagens e metáforas greco-latinas ou neoclássicas. Esse procedimento era consequência de um interesse surgido mais fortemente no século XVIII, nas academias de belas-artes europeias, de modo que o empenho em lançar o olhar para esses modelos já estava consolidado nos oitocentos. Para os artistas, eles representavam belos espécimes viris, caracterizados pelo vigor e flexibilidade, que contrastavam com sua suposta incapacidade intelectual ou afetiva. Muitas dessas descrições também estabeleciam uma oposição entre a feiura dos rostos e a beleza e robustez dos corpos. Quando os viajantes faziam alusão à força muscular e às formas corporais dos negros, os carregadores eram os sujeitos mais citados.

Avé-Lallemant (1961, p. 21-22) admirou-se também com a beleza das mulheres negras Minas⁵, associando sua imagem à sensualidade.

As mulheres negras da Bahia parecem mais bonitas que os negros. Como tais, já se tornaram realmente famosas. E de fato quase não se pode encontrar em outra parte maior

5 Segundo João Reis (2003), a imprecisa designação Mina abarcava nagôs, jejes, haussás e outros grupos étnicos oriundos do golfo do Benin, atual República do Benin, e parte da Nigéria. A denominação Mina não era homogênea, já que as nações africanas da escravidão eram identidades construídas mais com base na diáspora do que nos códigos étnicos vindos da África.

riqueza de formas que entre as negras Minas da Bahia. [...] Entre as negras Minas moças da Bahia vêem-se ou adivinham-se formas admiráveis. Além disso, têm tôdas porte soberbo, ombros bem inclinados para trás, de maneira que o peito se salienta fazendo os pomos parecerem muito mais desenvolvidos. Nesse porte exagerado há, sem dúvida, uma espécie de provocação [...] Movem, inquietas, os ombros e os braços e têm um modo peculiar de balançar os quadris [...] Há muitas negras Minas livres na Bahia, e estas, ao que parece, têm perfeita consciência dos seus escuros encantos. Não notei nenhuma negra vestida à européia, o que, na verdade, a teria transformado em macaca.

Após deleitar-se ante a observação desses homens e mulheres, o autor se retratou, apresentado esse quadro como a face obscura da cidade. “Essas múltiplas figuras de negros, modificando-se e movimentando-se misturadas, é que dão à cidade êsse tom africano e constituem, por certo, o seu lado sombrio, o seu lado escuro”. (AVÉ-LALLEMANT, 1961, p. 22)

De acordo com Maximiliano de Habsburgo (1982, p. 81), em geral, os negros nada possuíam de atrativo e belo; contudo, esses sujeitos não deixaram de ser por ele apreciados:

No muro do jardim, ao longo do passeio, mulheres negras, de cócoras, vendiam frutas. Um grupo bastante interessante para o recém-chegado, no qual todos os tamanhos, idades e proporções estavam representados, através dos exemplares mais originais.

Ao avistar uma jovem negra vestida com uma indumentária tipicamente africana – saia de chita, bata branca, xale colorido, turbante e contas de vidro –, o nobre austríaco encantou-se com admirável figura e afirmou que, em se tratando de negras com tal aspecto, “o coquetismo era possível”. (HABSBURGO, 1982, p. 82)

Essas características ambivalentes concedidas aos negros, ora positivas, ora negativas, situavam-se num jogo de representações

que se movimenta e se modifica a depender das circunstâncias e do lugar de quem as constroem. Joffe (1998) diz que “o outro” não-europeu era visto de forma depreciada, mas também se tornava desejável por desafiar os valores centrais da sociedade eurocêntrica, significando uma ameaça às suas normas.⁶

Nesse sentido, as populações negras ou indígenas, ao mostrarem a existência de outras crenças e valores, mais associados à emoção e à espiritualidade, despertavam repulsa, mas também fascínio. No caso da negra brasileira, a ênfase era ainda maior devido a sua condição de mulher, historicamente carregada de simbolismos, relacionados à degradação e ao desejo.

A maciça presença da população negra que circulava pelas ruas da cidade surpreendia aos visitantes, que tinham referências estéticas bastante padronizadas e limitadas. Quando consideravam o negro belo, vacilavam quanto a essa percepção, ficando confusos em relação aos seus parâmetros de beleza e vendo-o como bonito porque exótico ou sensual.

Apesar de alguns visitantes perceberem as diferenças étnicas entre os africanos, em geral, referiam-se à raça negra como uma unidade, englobando todos os negros numa mesma categoria, caracterizando-os pelos aspectos físicos e morais. Assim, criavam generalizações e passavam a impressão de que, independentemente da procedência, condição econômica e hierarquia entre africanos e crioulos (negros nascidos no Brasil), compartilhavam os mesmos espaços, valores e códigos.

A respeito da presença dos negros no cotidiano da cidade, Avé-Lallemant (1961, p. 20) se pronunciou da seguinte maneira:

Quando se desembarca na Bahia, o povo que se movimenta nas ruas corresponde perfeitamente à confusão das casas e vielas. De feito, poucas cidades pode haver tão ori-

6 A autora ressalta que conceder ao “outro” características negativas e ao mesmo tempo vê-lo como atraente é comum também em culturas não hegemônicas.

ginalmente povoadas como a Bahia. Se não soubesse que ela ficava no Brasil, poder-se-ia tomá-la, sem muita imaginação, por uma capital africana, residência de poderoso príncipe negro, na qual passa inteiramente despercebida uma população de forasteiros brancos puros. Tudo parece negro: negros na praia, negros na cidade, negros na parte baixa, negros nos bairros altos. Tudo o que corre, grita, trabalha, tudo o que transporta e carrega é negro.

O universo do trabalho era a situação mais comum na qual os viajantes representavam os homens de cor. Em julho de 1865, após chegarem à Bahia e se acomodarem na casa de campo de Antônio de Lacerda, os Agassiz (1975, p. 93) tiveram a oportunidade de contemplar “os negros que, com um cesto de verduras ou de flores e frutos na cabeça, vão e vêm no serviço da casa”.

Maximiliano de Habsburgo (1982, p. 86), embora tenha considerado a população baiana “peculiar”, opinou que não havia um tipo característico que pudesse representar o povo:

Também aqui, a população é peculiar. Vêem-se negros e mais negros. [...] Os senhores de escravos, ao contrário, são brancos, ou melhor, amarelo-pálidos. Faltam aqui tipos característicos, como nas cidades da África e da Ásia. Isto porque o povo primitivo foi impelido para as matas mais profundas.

Contudo, ao contrário do nobre austríaco, o casal Agassiz julgou que a junção dos aspectos mais peculiares da cidade da Bahia, entre os quais se encontravam os negros, oferecia uma feição à nação.

Quando se chega pela primeira vez à América do Sul, é na Bahia que se devia aportar. Nenhuma outra cidade manifesta em tão alto grau o caráter, reproduz tão visivelmente a fisionomia, leva a grau tão acentuado a marca da nação a que pertence. Limitamo-nos esta manhã a atravessar a cidade e dela só poderíamos dizer bem pouca coisa, mas vimos o bastante para confirmar tudo o que se narra da

originalidade e do pitoresco de seu aspecto. Ao desembarcar, achamo-nos ao pé de uma colina quase perpendicular; acorreram negros oferecendo-se para nos transportar ao alto dessa encosta escarpada e inacessível aos veículos, numa ‘cadeira’, espécie de assento encoberto por compridas cortinas. É um estranho meio de transporte para quem nunca o experimentou e a cidade em si, com suas ruas em precipícios, suas casas bizarras, suas velhas igrejas, é tão estranha e tão antiga como esse veículo singular. (AGASSIZ e AGASSIZ, 1975, p. 94)

Assim, sob a ótica do casal, o exotismo da população de cor, juntamente com o cenário da cidade do Salvador, dava o tom da singularidade brasileira.

As manifestações culturais, tanto de caráter religioso quanto cívico, também constituíam momentos privilegiados para a observação do povo. Durante a Regência, em festa realizada no Passeio Público de Salvador, com o objetivo de comemorar o aniversário de Pedro II, o Pastor Kidder (1943, p. 35) relatou:

A riqueza, a elegância e a beleza das baianas jamais teve melhor oportunidade de se exibir que nessas noites memoráveis. Ótima ocasião para divagações filosóficas sôbre a natureza humana. Da infância irrequieta à velhice pro vecta, tôdas as idades, tôdas as classes e todos os caracteres encontravam-se ali representados.

Em 8 de dezembro de 1858, Avé-Lallemant (1961) presenciou os festejos em homenagem à Nossa Senhora da Conceição, padroeira do Brasil até 1930, quando foi substituída pela Nossa Senhora Aparecida. Teceu os seguintes comentários a respeito da igreja e da procissão:

O templo ostentava todo o brilho do nobre material de sua ornamentação, as variegadas pinturas do seu teto, a profusa iluminação do seu altar-mor, junto ao qual tôda a agitação daquela gente que ia e vinha, sobretudo negros, causava a mais singular impressão. Por isso a pe-

quena procissão pareceu também uma pantomima sem ordem, e as meninas fantasiadas no cortejo, que deviam representar anjos e a Santa Virgem, lembravam fantoches de bailado ou dançarinas de corda. (AVÉ-LALLEMANT, 1961, p. 45)

O visitante demonstrou admiração pelo templo e ressaltou o seu encanto pela ornamentação; porém, os comentários sobre a procissão revelam sua perplexidade acerca dos costumes baianos. O préstito pareceu-lhe uma “pantomima sem ordem”, ou seja, uma espécie de representação em que os atores se manifestam apenas por gestos ou expressões fisionômicas, prescindindo da palavra e da música. A procissão não lhe pareceu um cortejo católico, e sim, uma encenação sem sentido cristão.

Esteve nos festejos de Nosso Senhor do Bonfim, em 12 de janeiro de 1860, o Arquiduque Maximiliano. Considerou a circunstância ideal para melhor estudar “a carne humana negra” e “os trajes dos negros”. Ao chegar à colina, ficou admirado com a movimentação dos fiéis e com o comércio realizado na praça e no adro da igreja, onde “Caixas de vidros cheias de comestíveis pairavam, ousadamente, sobre a multidão” e “Pequenos grupos de fornecedores de cachaça formavam as ilhas, no mar de pessoas”. (HABSBURGO, 1982, p.128)

Nem mesmo no interior da igreja o visitante encontrou um ambiente silencioso e de contrição. Foi “tomado por um arrepio de indignação” quando percebeu que em meio à desordenada festa popular o padre celebrava a missa “tranquilamente” e que “o povo tagarela era cristão batizado, assim chamados católicos, que assistiam à missa”. Opinava que “para um católico respeitável, todo esse alvoroço deve parecer blasfêmia, pois nessa festa popular dos negros, misturavam-se, mais do que o permitido, resquícios do paganismo na assim chamada romaria”, referindo-se ao evento como uma “louca bacanal”. (HABSBURGO, 1982, p. 129-131)

Por conta do ambiente descontraído no qual se desenrolava a cerimônia e do entrelaçamento entre sagrado e profano, o visitante não compreendia a associação entre o culto cristão e a festa popular. Assim, não podia conceber que o sentimento religioso fosse compatível com um festejo de rua, supondo que este sentimento não fosse a principal motivação dos fiéis.

Para os viajantes, era difícil observar as festas católicas sob o aspecto religioso, pois não compreendiam o sincretismo tão presente em tais comemorações. Criticavam a organização e a estrutura dos rituais, influenciados por uma perspectiva mais ortodoxa do catolicismo romano e, principalmente, por uma visão protestante. Nesse sentido, os eventos perdiam sua função religiosa e passavam a ser contemplados como um espetáculo, uma curiosidade local.

De fato, desde o período colonial, havia uma imbricação entre elementos europeus, indígenas e africanos nos festejos católicos, além de ingredientes carnavalescos. As homenagens aos santos foram muitas vezes comparadas às festas pagãs. Maximiliano de Habsburgo (1882, p. 130) afirmou que na igreja do Bonfim “festejavam-se as Saturnais dos negros” e comparou o agito e barulho dos devotos aos “grandes bailes da elegante sociedade de Corte de Viena [...]”.

Alguns viajantes também participaram do Carnaval. A principal brincadeira desse festejo consistia em jogar farinha, água suja ou bolas de cera contendo água perfumada nos transeuntes. Essa prática possuía características menos agressivas que em Portugal e aos poucos ganhou contornos locais, principalmente devido à participação da população de cor.

Em 4 de março de 1836, Darwin conheceu o Carnaval da Bahia acompanhado de John Wickman e de Bartholomew Sullivan, oficiais integrantes da tripulação do navio *Beagle*. Desavisados acerca das práticas recreativas presentes na festa, o naturalista

e seus companheiros não vivenciaram uma experiência muito agradável. Eis o seu relato:

Este é o primeiro dia do carnaval, mas Wickman, Sullivan e eu, nada destemidos, estávamos determinados a encarar seus perigos. Esses perigos consistem em ser atingidos sem misericórdia por bolas de cera cheias de água e sair encharcado por grandes seringas de lata. Achamos muito difícil manter nossa dignidade enquanto caminhávamos pelas ruas. Carlos V disse que seria um homem valente aquele que pudesse apagar uma vela com os dedos sem pestanejar; eu digo que seria (valente) quem pudesse andar com passos firmes enquanto baldes de água o ameaçassem, por todos os lados, de ser sobre eles despejados. (DARWIN, 2009, p. 3, tradução nossa)

O Conde de Suzannet (1957, p. 185-186), alguns anos mais tarde, em 1843, também presenciou o Carnaval da Bahia, descrevendo-o, possivelmente, com certa fantasia:

A cidade tem as suas festas, os seus dias de loucura e abandono, que são o carnaval. É um estranho prazer êste carnaval da Bahia. Durante três dias, tôdas as atividades são suspensas. Na rua somos assediados por todos os lados por vasilhas de água que nos atiram à cabeça, e que machucam, molham e até ferem. Mas pode, também, acontecer que uma mulher bonita jogue sôbre você uma bola de cêra cheia de água perfumada, e então nada impede que você se embarafuste pela casa dela; pois tôdas as casas estarão então abertas. Quantas ligações não terão começado durante o entrudo⁷! Também os rapazes e as môças conservam com zelo especial o velho hábito do carnaval e é de crer que estas tradições galantes não acabarão tão cedo na Bahia.

7 Entrudo é o nome que se costumava dar aos folguedos de verão, de origens portuguesa e africana, muitas vezes associados nas mesmas brincadeiras. Eram assim chamadas, sobretudo, aquelas festas populares que precediam imediatamente a Quaresma, antes da institucionalização do Carnaval de acordo com o modelo mais urbano e formal que passou a ser realizado em diversas cidades do Brasil a partir do final do século XIX.

Entre a população de Salvador, havia o gosto generalizado pela música, de modo que diversas práticas recreativas estavam ligadas às atividades musicais e à dança. As modinhas de rua e de salão; o baião; o batuque e o lundu, intimamente associados ao negro escravo e frequentemente reprimidos pelo poder público; a dança-luta capoeira, praticada principalmente pelos escravos, com seus berimbaus, chocalhos e pandeiros; os ternos, ranchos de reis e bailes pastoris, realizados por grupos de pessoas que se reuniam para louvar o nascimento do Menino Deus, na véspera do Natal até o dia de Reis, faziam parte do cotidiano da Bahia oitocentista.

Salvador contava com um extenso e tradicional ciclo de festas, a maioria de cunho religioso, dentre as quais podemos citar: Santa Bárbara (4 de dezembro); Nossa Senhora da Conceição (8 de dezembro); Natal (25 de dezembro); Ano Novo, acompanhada da procissão do Nosso Senhor dos Navegantes (31 de dezembro e 1º de janeiro); São José (19 de março); Nossa Senhora da Boa Morte (15 de agosto) e as juninas de Santo Antônio, São João e São Pedro. Dentre as festas móveis, as mais comemoradas eram a de Nosso Senhor do Bonfim, Sant'Ana, Divino, Corpus Christi e as celebrações da Semana Santa, com suas concorridas procissões.

Quase todas as festividades de caráter religioso tinham o respaldo das Irmandades⁸. Além das cerimônias litúrgicas, havia a parte profana com intensa participação popular. Realizavam-se quermesses, apresentações de grupos musicais, danças, bailes à fantasia, eleições de rainhas e venda de bebidas e comidas típicas. Essas comemorações constituíam a principal maneira de celebrar a vida entre os baianos de todas as camadas sociais.

Embora muitas dessas datas fossem celebradas em outros países, em Salvador, os viajantes puderam vivenciar ou apenas

8 Associações leigas que tinham o objetivo de demonstrar, por meio de festas e procissões, a devoção dos fiéis aos seus santos protetores.

observar, no papel de espectadores, práticas culturais com traços característicos da cultura popular local. Assim, esses festejos eram alvo da curiosidade e do interesse dos visitantes estrangeiros.

O OLHAR ESTRANGEIRO

Durante a viagem, o indivíduo encontrava-se longe do seu referencial identitário, tanto cultural quanto geográfico. Deslocado do ambiente no qual normalmente estava inserido, mudava o ritmo de vida e entrava numa nova realidade, no papel de estrangeiro. Nesse sentido, viajar representava, para muitos, liberdade e conquista pessoal fora do domínio familiar.

Para adentrar outro território, realizar as atividades desejadas e até mesmo voltar ao seu país de origem, o viajante dependia da aceitação e da boa vontade dos **outros**. Independentemente do grau de etnocentrismo, o forasteiro precisava relacionar-se com a comunidade e criar uma rede de contatos que propiciasse sua permanência em cada lugar visitado, a fim de evitar conflitos.

É interessante notar que as cenas e locais que atraíam os visitantes, em geral, não despertavam a atenção dos residentes, havendo divergências de olhares e interesses entre as partes. Agassiz e Agassiz (1975, p. 71) constataram que os brasileiros pareciam “indiferentes aos pormenores da Natureza”. Por sua vez, Maria Graham (1956, p. 181) notou que nos eventos festivos dos quais participou no Brasil, os mais velhos habitantes preferiam o que vinha de fora, enquanto os visitantes davam preferência às produções do país.

O estrangeiro enxerga os itens que lhe parecem exóticos, salta-lhe aos olhos o que é diferente, enquanto esses mesmos elementos são minimizados pelos moradores locais, já que foram rotinizados e naturalizados há muito tempo. Desse modo, en-

quanto os brasileiros, principalmente dos estratos intermediário e superior, tentavam afrancesar seus modos e costumes, os viajantes interessavam-se, sobretudo, pela grandiosidade da fauna e da flora e pelas características do povo. Os aspectos mais relevantes para os visitantes passavam despercebidos ou, ao menos, não eram tão valorizados pela população local, possuindo significados diferentes para esses sujeitos. O forasteiro não compartilha o sentimento de pertença vivido pelo morador e tampouco as particularidades do seu cotidiano. Assim, a representação do lugar é modificada de acordo com as diferentes leituras que dele são feitas.

Os viajantes, que estavam se relacionando com culturas diferentes da sua e conhecendo lugares e povos considerados “na infância” da humanidade, como era o caso dos índios e negros do Brasil, (re)afirmavam-se diante do “outro”. Ou seja, eles elaboravam uma imagem da sociedade com a qual entravam em contato ao mesmo tempo em que se conheciam melhor, (re)construindo sua própria identidade. Nesse sentido, ao cruzarem com realidades e paisagens, tanto naturais como humanas, muito diferentes das suas, os visitantes exercitavam o olhar, mesmo que de forma inconsciente.

Para Todorov (1991, p. 99), após o contato com o outro, não é mais possível aderir aos preconceitos da mesma maneira que antes, ainda que o indivíduo não tenha a intenção de desligar-se deles.

A existência dos outros à nossa volta não é um puro acidente. Os outros não são, simplesmente, sujeitos solitários comparáveis ao eu mergulhado em meditação; os outros também fazem parte dela: o *eu* não existe sem um *tu*. Não podemos chegar ao fundo de nós mesmos se daí excluirmos os outros. O mesmo acontece com países estrangeiros e as culturas diferentes da nossa: aquele que apenas conhece a sua terra arrisca-se sempre a confundir cultura e natureza, a erigir o hábito em norma, a generalizar a partir de um único exemplo que é ele mesmo.

Somente o contato com o “outro” permite ao “eu” refletir sobre si mesmo, questionar sua autoimagem e (re)definir-se enquanto sujeito. Portanto, identidade e alteridade são construídas uma em função da outra; afinal, o diferente, ao mesmo tempo que ameaça, é também o que assegura a identidade.

Entretanto, segundo Jovchelovitch (1998), quando ocorre o encontro de ideias e práticas entre segmentos diversos, o desenvolvimento do vínculo social e afetivo entre os sujeitos só acontece quando se percebe que o “outro” tem uma significação no seu próprio universo. Após o confronto com humanidades distintas, o indivíduo pode até mesmo reiterar, de forma mais elaborada, antigas percepções, negativizando ainda mais a alteridade. Portanto, não basta constatar a existência do “outro”; é preciso reconhecer sua realidade como legítima.

De qualquer modo, as representações também servem para transformar os sentidos e as imagens que nos parecem familiares, pois, confrontados com o novo, precisamos readequar nosso repertório mental. Assim, após a experiência da viagem, o indivíduo pode começar a ver o familiar como incômodo e estreito, fazendo uma nova leitura do seu próprio universo e, de fato, ampliar seus horizontes.

DA BAHIA PARA O MUNDO

É possível constatar que os visitantes, ao participar temporariamente da dinâmica de Salvador e dialogar com a população local, formularam impressões acerca da cidade e dos seus habitantes, (re)configurando representações do lugar e promovendo diferentes formas de olhar e interagir com o “outro”. Ao apresentar um olhar majoritariamente eurocêntrico, esses atores sociais reiteravam imagens de um Brasil exótico, que se encontraria num estágio atrasado de civilização.

A presença determinante dos homens de cor no cotidiano da cidade, ao mesmo tempo em que foi encarada como um aspecto negativo (já que eram vistos como inferiores), contraditoriamente, configurou-se como um atrativo, conferindo maior visibilidade ao país, juntamente com suas paisagens naturais.

Nessa perspectiva, o Brasil inseriu-se na rota das grandes navegações científicas e também das viagens particulares de aventura e lazer. A cidade da Bahia, contenedora de todos os ingredientes que permeavam o imaginário dos estrangeiros e que tornavam o Brasil um país *sui-generis*, sobressaiu-se enquanto interessante destino de viagem.

E, assim, os viajantes que aportavam na Baía de Todos os Santos, trazendo novas ideias, concepções de mundo e mercadorias, gestavam imagens e visões deste porto tropical, levando-as para o resto do mundo por meio de suas produções literárias.

REFERÊNCIAS

- AGASSIZ, Jean L. R.; AGASSIZ, Elizabeth C. *Viagem ao Brasil: 1865-1866*. Tradução de João Etienne Filho. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1975.
- AVÉ-LALLEMANT, Robert. *Viagens pelo norte do Brasil no ano de 1859*. Tradução de Eduardo de Lima Castro. Rio de Janeiro: INL/Ministério da Educação e Cultura, 1961.
- ARRUDA, Angela. O ambiente natural e seus habitantes no imaginário brasileiro - negociando as diferenças. In: _____ (Org.). *Representando a alteridade*. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 17-46.
- AUGEL, Moema P. *Visitantes estrangeiros na Bahia Oitocentista*. São Paulo: Cultrix, 1980.
- CHARTIER, Roger. *A história da cultura: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.
- DARWIN, Charles. *Viagem de um naturalista ao redor do mundo*. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, [19--].

- DARWIN, Charles. *Voyage of the Beagle*. 2009. Disponível em: <<http://darwin-online.org.uk>>. Acesso em: 02 jan. 2011.
- GRAHAM, Maria. *Diário de uma viagem ao Brasil e de uma estada nesse país durante parte dos anos de 1821, 1822 e 1823*. Tradução de Américo Jacobina Lacombe. São Paulo: Nacional, 1956.
- HABSBURGO, Maximiliano de. *Bahia 1860: esboços de viagem*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1982.
- JOFFE, Hélène. Degradação, desejos e o 'outro'. In: ARRUDA, Ângela (Org.). *Representando a alteridade*. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 109-128.
- JOVCHELOVITEH, Sandra. Re(des)coabrindo o outro: para um entendimento da alteridade na teoria das representações sociais. In: ARRUDA, Ângela (Org.). *Representando a alteridade*. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 69-82.
- KIDDER, Daniel P. *Reminiscências de viagens e permanência no Brasil (Províncias do Norte)*. Tradução de Moacir N. Vasconcelos. São Paulo: Martins, 1943. v. 2.
- MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Bahia século XIX – uma Província no Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.
- REIS, João J. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos Malês em 1835*. São Paulo: Cia das Letras, 2003.
- SAMPAIO, Consuelo Novais. *50 anos de urbanização*. Salvador da Bahia no século XIX. Rio de Janeiro: Versal, 2005.
- SCHWARCZ, Lília Moritz. *O Espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.
- SELA, Eneida Maria M. *Modos de ser em modos de ver: ciência e estética em registros de africanos por viajantes europeus (Rio de Janeiro, 1808-1850)*. 2006. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, Campinas.
- SILVEIRA, Renato da. Os selvagens e a massa: o papel do racismo científico na montagem da hegemonia ocidental. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 23, p. 89-145, 2000.

SUZANNET, Conde de. *O Brasil em 1845*. Trad. de Márcia de Moura Castro. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1957.

TODOROV, Tzvetan. *As morais da história*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1991.